

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP Nº 058/2025

Processo SIPE nº 380920/2025

Objetivo:

Analisar a viabilidade da contratação pretendida por meio de estudo técnico preliminar, bem como identificar os elementos essenciais que subsidiarão a elaboração do Termo de Referência, de modo a atender da melhor forma às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC, no âmbito deste processo. O objeto consiste na prestação de serviços de roçagem, capinação e poda, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, destinados à manutenção e conservação das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Itajaí, além dos demais prédios públicos vinculados à Secretaria.

Área requisitante da contratação: Secretaria Municipal de Educação.

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	Cargo/Função	Matrícula
João Carlos Bittencourt	Diretor - DIE	2692101
Jonathan Nicolas Schoier	Agente Administrativo	2515501
Jean Carlos da Silva	Assessor II	2699301

II – CARACTERIZAÇÃO COMO SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, os serviços contratados pela Administração Pública podem ser classificados como comuns ou especiais, conforme o grau de complexidade técnica, a possibilidade de padronização e a necessidade de elaboração de projeto específico.

O objeto deste processo — **prestação de serviços de jardinagem, roçagem, capinação e podagem, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra** — **não se enquadra como serviço comum de engenharia**, uma vez que não envolve a execução de atividades típicas de engenharia, tampouco requer a elaboração de projetos técnicos ou a responsabilidade de profissional legalmente habilitado perante o CREA.

Trata-se, portanto, de serviço comum, conforme definição do artigo 6º, inciso XX, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de atividade rotineira, de baixa complexidade técnica e plenamente padronizável, cujas especificações de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidas pela Administração, permitindo a comparação direta entre as propostas apresentadas pelos licitantes.

III – DA INAPLICABILIDADE DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME E EPP

Nos termos do § 2º do art. 2º da Lei Municipal nº 7.785/2025, a aplicação do tratamento favorecido às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas (ME/EPP) deve observar, obrigatoriamente, a compatibilidade com o objeto licitado, o critério de julgamento adotado e as condições específicas do mercado relacionado ao objeto.

O art. 13 da referida Lei prevê a possibilidade de destinação de até 25% do objeto para contratação exclusiva de ME/EPP ou, alternativamente, a utilização de cotas reservadas. A adoção dessas medidas, contudo, depende de motivação concreta e da demonstração de que são adequadas e vantajosas para o caso específico.

No presente procedimento, verifica-se que o valor estimado do futuro contrato ultrapassa o limite legal para aplicação do tratamento diferenciado por exclusividade ou cotas. Soma-se a isso o fato de que o critério de julgamento estabelecido é o de “**maior oferta**”, fundamentado na maximização da receita a ser auferida pelo Município. Em licitações dessa natureza, a competitividade visa elevar o retorno econômico à Administração, o que torna **incompatível** a adoção de cotas ou exclusividade para ME/EPP, já que tais mecanismos possuem finalidade diversa — fomentar a participação de pequenos negócios, e não ampliar receitas.

Ademais, a imposição de reserva de participação em certames cujo julgamento se dá pelo maior valor ofertado pode acarretar restrição indevida à competitividade, reduzindo o universo de potenciais interessados e comprometendo a eficiência econômica do certame, em afronta ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa.

Dessa forma, após análise da natureza econômica do objeto, do critério de julgamento

e dos limites legais aplicáveis, justifica-se a inaplicabilidade do tratamento diferenciado previsto no art. 13 da Lei Municipal nº 7.785/2025, devendo o procedimento permanecer sem reserva de percentual ou exclusividade para ME/EPP, em conformidade com o § 2º do art. 2º do referido diploma legal e com os princípios da competitividade, isonomia e busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

IV – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A Secretaria Municipal de Educação identificou a necessidade de manter, de forma contínua, as áreas externas das unidades escolares e demais prédios da Rede Municipal de Ensino de Itajaí em condições adequadas de uso. Atualmente, diversos espaços apresentam sinais de degradação, como vegetação alta, gramados sem poda regular, acúmulo de resíduos orgânicos e canteiros deteriorados, comprometendo a estética, a salubridade e a segurança dos ambientes frequentados pela comunidade escolar.

A ausência de manutenção periódica tem favorecido o surgimento de insetos e animais peçonhentos, aumentando os riscos sanitários e de acidentes, além de acelerar o desgaste das áreas verdes e dos equipamentos externos. Esse cenário impacta negativamente o bem-estar dos usuários e a adequada utilização dos espaços públicos. Verificou-se, ainda, que a equipe operacional atualmente disponível na Secretaria Municipal de Educação é insuficiente para atender, de forma permanente e com a frequência adequada, à demanda de serviços de limpeza, conservação e manutenção das áreas externas das unidades educacionais. A limitação de recursos humanos impede o atendimento adequado das necessidades identificadas, perpetuando os problemas descritos.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A presente **contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) da Administração Municipal para o exercício vigente**, contemplando a contratação de serviços contínuos de jardinagem, roçagem, capinação e podagem, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A contratação tem por objetivo atender à necessidade de manutenção das áreas verdes, jardins, pátios e canteiros das unidades escolares e demais prédios vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Itajaí. Para assegurar a adequada conservação desses espaços, a solução deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

4.1. Requisitos funcionais

4.1.1. Execução de roçagem manual e mecânica, capinação e poda de arbustos e árvores de pequeno porte;

4.1.2. Limpeza, coleta e destinação ambientalmente adequada dos resíduos vegetais;

4.1.3. Manutenção da estética, limpeza e funcionalidade das áreas externas.

4.2. Requisitos de desempenho e qualidade

4.2.1. Atendimento regular conforme cronograma estabelecido pela Administração;

4.2.2. Execução com acabamento adequado e sem resíduos remanescentes;

4.2.3. Utilização de equipamentos apropriados e em boas condições, garantindo eficiência e segurança.

4.3. Requisitos de segurança e conformidade

4.3.1. Observância das normas de segurança do trabalho e das regras ambientais aplicáveis;

4.3.2. Observância das normas de segurança do trabalho e das regras ambientais aplicáveis.

4.4. Requisitos de recursos humanos e materiais

4.4.1. Disponibilização de profissionais capacitados;

4.4.2. Fornecimento de ferramentas e equipamentos próprios, devidamente mantidos.

4.5. Requisitos de continuidade

4.5.1. Garantia da regularidade na prestação dos serviços e atendimento às demandas

emergenciais, quando necessário.

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Para fins de atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, apresenta-se a estimativa de quantidades para a contratação pretendida, elaborada com base em levantamentos técnicos preliminares, históricos de execução de contratos anteriores, memórias de cálculo e documentos de suporte disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Itajaí.

A presente contratação tem por objetivo a **execução, sob demanda, de serviços de capinação, roçagem e podagem**, abrangendo o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários à manutenção e conservação das áreas verdes internas e externas, floreiras, pátios e canteiros das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Itajaí e demais prédios públicos vinculados à Secretaria Municipal de Educação.

A metodologia de cálculo adotada levou em conta o dimensionamento das áreas externas das unidades, a frequência média de execução (mensal, durante o período de 12 meses), além de estimativas de produtividade por equipe e por tipo de serviço. Tais parâmetros permitiram definir quantitativos realistas, alinhados à capacidade operacional da contratada e à necessidade efetiva da Administração.

Apresenta-se as tabelas contendo as estimativas de quantitativos e periodicidade dos serviços, acompanhada das respectivas localizações das unidades escolares que necessitam de periódicos serviços de roçada, capinação e podagem, que embasaram esta previsão.



Unid. Escolares	QUANTIDADE DE VISITAS PREVISTAS											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
121	2	2	2	1	1	1	1	1	1	2	2	2
ÁREA MENSAL ESTIMADA (M ²)	114.240,28	114.240,28	114.240,28	57.120,14	57.120,14	57.120,14	57.120,14	57.120,14	57.120,14	114.240,28	114.240,28	114.240,28
ÁREA TOTAL PREVISTA (M ²)	1.028.162,52 m ²											

Lista de Unidades, Endereços e Áreas para roçagem, capinação e poda

ORDEM	UNIDADE DE ENSINO	ENDEREÇO	BAIRRO	ÁREA (m ²)
1	C.E.I. Antonieta Moreira dos Santos	R. Manoel Gaya, 67	Barra do Rio	50
2	C.E.I. Elizabeth Malburg	R. David Adão Schmitt, s/nº	Barra do Rio	50
3	C.E.I. Laércio Mauro Malburg	R. Curt Hering, 225	Barra do Rio	314
4	C.E.I. Léa Leal de Souza	R. Curt Hering, 387	Barra do Rio	265
5	C.E.I. Márcio Roberto da Rosa	Rua Albino Gugelmin, 519	Barra do Rio	538
6	E.B. Prof. Martinho Gervasi	R. José Marcelino Rodrigues	Brilhante II	1.092
7	E.B. Padre José de Anchieta	R. João Thomaz Pinto, 1567	Canhanduba	706
8	Secretaria Municipal de Educação	Av. Ver. Abrahão João Francisco, s/nº	Carvalho	50
9	C.E.I. Dayana Maria de Souza	R. João Galvão Fernandes, 61	Cidade Nova	150
10	E.B. Elias Adaime	R. das Hortênsias, s/nº	Cidade Nova	935
11	CEDIN Emílio Gazaniga Junior	R. das Hortênsias, s/nº	Cidade Nova	5.298
12	C.E.I. Euclides Ciriaco Meirinho	R. das Azaléias, 283	Cidade Nova	20
13	C.E.I. João Sandri	R. Raul Machado, 1027	Cidade Nova	15
14	C.E.I. Omar Luis Macagnan	R. Sidnei Schulze, 812	Cidade Nova	15



15	C.E.I. Prefeito Eduardo Dadinho Canziani	R. Alcides Esperidião Pereira, 885	Cidade Nova	80
16	C.E. Prof. Cacildo Romagnani – CAIC	R. Emanuel José Rebello, 60	Cidade Nova	3.235
17	C.E.I. Profª. Ermelinda Potter Custódio	R. José Domingos Mafra, 99	Cidade Nova	30
18	C.E.I. Profª. Maria Regina Coppi Vicente	R. Emanuel José Rebello, 60	Cidade Nova	609
19	C.E.I. Profª. Mauricélia A. do N.	Av. Min. Luiz Gallotti, 1695	Cidade Nova	367
20	C.E.I. Profª. Onadir da Silva Tedéo	R. Arnaldo Corrêa de Mello, 387	Cidade Nova	80
21	C.E. Pedro Rizzi	R. Agílio Cunha, 812	Cidade Nova	273
22	C.E.I. Dra. Zilda Arns Neumann	R. Emanuel José Rebello, 60	Cidade Nova	1.862
23	E.B. Antônio Ramos	Av. Independência, 55	Cordeiros	100
24	C.E.I. Amelia Muller dos Reis	R. Silvestro Moser, 461	Cordeiros	287
25	C.E.I. Profª. Cassia Maria Schneider Soares	R. Eurípedes Amorim Leal, 600	Cordeiros	120
26	C.E. de Cordeiros	R. Dr. Reinaldo Schmithausen, 1966	Cordeiros	6.131
27	C.E.I. Profª. Gisele Kawikioni	R. Abílio Corrêa de Mello, 689	Cordeiros	10
28	CEDIN Jacy Dias Ramos	R. Laudelina Dionísio, 420	Cordeiros	60
29	E.B. João Paulo II	Rua Vereador Nestor dos Santos, s/n	Cordeiros	40
30	C.E.I. Lausimar Laus	R. Pernambuco, 71	Cordeiros	400
31	E.B. Profª. Maria José Hulse Peixoto	R. Lídia Puel Peixer, s/nº	Cordeiros	378
32	E.B. Melvin Jones	R. Sebastião Romeu Soares, 640	Cordeiros	150
33	C.E.I. Neusa Reis Cesário Pereira	R. Hamilton Pimentel, 200	Cordeiros	2.009
34	C.E.I. Odílio Garcia	R. Odílio Garcia, 740	Cordeiros	189
35	C.E.I. Padre João Pivatto	R. São Cristóvão, 600	Cordeiros	400
36	E.B. Padre Pedro Baron	R. Luís José Medeiros, 259	Cordeiros	80
37	C.E.I. Rosinha de Souza	R. Prof. Cosme Busarello, 241	Cordeiros	100
38	C.E.I. Valdemir de Souza	Rua Selso Duarte Moreira, 1520	Cordeiros	55



39	C.E.I. Vereador Otávio Cesário Pereira	R. Prof. José Luiz Marcelino, 1162	Cordeiros	1.14
40	C.E.I. Adélia Russi Silva	R. Santa Luzia, 150	Dom Bosco	700
41	E.B. Profª. Maria Dutra Gomes	R. Jacob Ardigó, 117	Dom Bosco	2.455
42	C.E.I. Regiane Mara da Luz da Silva	R. Antero Chaves, 375	Dom Bosco	136
43	C.E.I. Cecília Santiago Dias	R. Clarindo Sebastião da Cunha, 1330	Espinheiros	25
44	E.I. Clarindo Sebastião Da Cunha	R. Clarindo Sebastião da Cunha, 1385	Espinheiros	15
45	C.E.I. Diva Vieira Abrantes	R. Augusto Cugnier, 456	Espinheiros	1.047
46	C.E.I. Henrique Marques	R. Domingos Rampelotti, 1599	Espinheiros	45
47	C.E.I. João Vieira Ramos	Rua César Augusto Dalçoquio, 5295	Espinheiros	30
48	E.I. Jorge Domingos Gonzaga	R. Domingos Rampelotti, 1517	Espinheiros	45
49	E.B. José Fernandes Potter	R. Fermio Viêira Cordeiro, 129	Espinheiros	60
50	C.E.I. Luiz Orsi Júnior	R. Fermio Viêira Cordeiro, 2381	Espinheiros	100
51	C.E.I. Maria da Glória Stringari	R. Francisca Casas Ramos, 78	Espinheiros	678
52	G.E. Maria Nilza Ferreira Evaristo	Rod. Jorge Lacerda, 3700	Espinheiros	210
53	C.E.I. Profª. Márcia M. Augusto Nunes	R. Marcos Antônio Muller, 67	Espinheiros	785
54	E.B.M. Rosa Heleno Shulte	R. Fermio Vieira Cordeiro, 2165	Espinheiros	544
55	E.M. Rosa Negreiros Cabral	R. Bruno Vicente da Luz	Espinheiros	200
56	E.B. Profª. Thereza Bezerra de Athayde	Av. Atílio Dalsóquio, 50	Espinheiros	2.726
57	C.E.I. Cândida Vargas	R. Cônsul Carlos Renaux, 367	Fazenda	10
58	C.E.I. Cesar Martinho Ferreira	R. Sebastião João dos Santos, 271	Fazenda	0
59	G.E. Elisa Gessele Orsi	R. Afonso Orsi, 165	Fazenda	120
60	E.B. Gaspar da Costa Moraes	Rod. Osvaldo Reis, 54	Fazenda	8.311
61	G.E. Guihermina Buchele Muller	R. Marciano Marquetti, s/nº	Fazenda	136
62	C.E.I. Mariana Graciola	R. Bráulio Werner, 153	Fazenda	50



63	C.E.I. Mário Pedro Ferreira	R. Suécia, 500	Fazenda	30
64	C.E.I. Nossa Sra. de Lourdes	R. Amaro Jaques, 217	Fazenda	10
65	C.E.I. Rosete Palmeira Silva	R. Expedicionário Marquetti, 120	Fazenda	75
66	C.E.I. Sagrada Família	R. Pedro Luís da Silva, 20	Fazenda	15
67	CEDIN Verde Vale	R. Osvaldo Bertemes, 10	Fazenda	100
68	CEDIN Ângela Dalçóquio de Souza	R. Nelson Augusto da S. Schiefler, s/nº	Imaruí	1.237
69	C.E.I. Profª. Alzira Winter	R. Doutel de Andrade, 410	Itaipava	654
70	C.E.I. Antônio Merlo	R. Edmundo Leopoldo Merizio, 1100	Itaipava	10
71	C.E.I. Antônio Nicoletti	R. Rodolpho Girardi, s/nº	Itaipava	100
72	C.E.I. Augusto Bento de Oliveira	R. Ver. Germano Luís Viêira, Km12	Itaipava	100
73	E.I. Duque de Caxias	Rua Vergílio Cadore s/n	Itaipava	110
74	E.B. Francisco Celso Mafra	Av. Itaipava, 4107	Itaipava	200
75	E.I. Gabriel Dallago	R. Marcos Albino, 1698	Itaipava	30
76	C.E.I. Graziela Vieira	R. Rosa Schaefer do Nascimento, s/nº	Itaipava	30
77	E.B. Profª. Inês Cristofolini de Freitas	R. Doutel de Andrade, 395	Itaipava	108
78	E.B. Profª. Judith Duarte de Oliveira	Av. Itaipava, 2125	Itaipava	30
79	C.E.I. Katiúscia da Graça Vicente	R. Vergílio Cadore, 11000	Itaipava	50
80	C.E.I. Luiz Silvério Vieira	R. Padre Guilherme Kleine, s/n	Itaipava	50
81	EBC Maria do Carmo Vieira	R. Mansueto Felizardo Vieira, 557	Itaipava	500
82	E.I. Maria Perpétua Pereira	R. Benta Custódio Vieira, s/nº	Itaipava	20
83	C.E.I. Nilton de Andrade	Av. Itaipava, 2276-2452	Itaipava	80
84	E.B. de Campo M. do C. Vieira	R. José Dalago, 225	KM 12	1.047
85	C.E.I. Prof. Manoel F. de Miranda	R. Orlandina Amália Pires Correa, 245	Murta	724
86	E.B. Ariribá	R. Suécia, 570	Praia Brava	599
87	C.E.I. Mário Pedro Ferreira	R. Suécia, 500	Praia Brava	121



88	E.B. Yolanda Laurindo Ardigó	R. Bráulio Werner, 164	Praia Brava	595
89	E.B. Arnaldo Brandão	R. Leodegário Pedro da Silva, 633	São João	50
90	G.E. Carlos de Paula Seára	R. Pedro José João, 237	São Judas	60
91	CEMESPI	R. José Pereira Liberato, 1398	São João	35
92	E.B. João Duarte	R. Ernesto Kobarg, 372	São João	25
93	C.E.I. Norma Neves Tabalipa	R. José Quirino, 576	São João	0
94	C.E.I. Profª. Rosana Aparecida de Souza	R. Felipe Reiser, 650	São João	34
95	C.E.I. Vereador Luiz Gonzaga Agostinho	R. Alberto Werner, s/nº	São João	583
96	E.B. Avelino Werner	R. Santo Antônio, 320	São Judas	400
97	E.B. Prefeito Alberto Werner	R. Olga Gern Pereira, 170	São Judas	300
98	C.E.I. Ver. Heluiz Antonio Moraes Gonzaga	Av. José Eugênio Müller, 130	São Judas	150
99	CEDIN Lucy Canziani	R. Pedro Joaquim Viêira, 337	São Judas	25
100	C.E.I. Profª. Maria do Carmo Espindola	Frente Pista Atletismo - R. Ver. José Carlos Mendonça, s/n	São Judas	350
101	C.E.I. Nossa Sra. das Graças	R. Pedro José João, 221	São Judas	50
102	C.E.I. Profª. Rosemary Klock	R. Aníbal César, 185	São Judas	50
103	C.E.I. Anninha Linhares de Miranda	R. Antônio Peirão, 26	São Vicente	228
104	E.B. Aníbal Cesar	R. Estefano José Vanolli, s/nº	São Vicente	100
105	C.E.I. Antônio João Vicente	R. Chapecó, 885	São Vicente	180
106	Banda Filarmônica de Itajaí	R. Estefano José Vanolli, 941	São Vicente	410
107	C.E.I. Profª. Carine de Souza Balduino	R. Padre Paulo Condla, 464	São Vicente	20
108	C.E.I. Darlan Dotto Wiersinski	R. Paulo Kleis Júnior, 178	São Vicente	15
109	CEDIN Dilzelena Márcia Teixeira	R. Alfredo Kleis, 116	São Vicente	30
110	C.E.I. Ver. Eloi Camilo da Costa	R. Alice dos Santos Bittencourt, s/nº	São Vicente	80
111	C.E.I. Hercilio Bento	R. São Francisco do Sul, s/nº	São Vicente	70

112	C.E.I. João Victorino	Av. Nilo Bittencourt, 1390	São Vicente	60
113	E.B. José Medeiros Vieira	R. Saúl Schead dos Santos, s/nº	São Vicente	250
114	C.E.I. Leonídia dos Santos Vicente	R. São Joaquim, 226	São Vicente	60
115	E.B. Mansueto Três	R. Luís Roberto Casas, s/nº	São Vicente	80
116	E.B. Marechal Olímpio F. da Cunha	R. Antônio Carlos Pereira Leão Filho, 456	São Vicente	260
117	CEDIN Napoleão de Souza	R. Cingapura, 250	São Vicente	50
118	C.E.I. Padre Jacob	R. Antônio Carlos Pereira Leão Filho, 500	São Vicente	20
119	E.B. Pedro Paulo Rebello	R. Eudoro Silveira, 750	São Vicente	150
120	C.E.I. Tancredo Neves	R. Rui Vieira, 423	São Vicente	364
121	E.B. Profª. Edy Vieira W. Rothbarth	R. Victor Gonçalves, BR 101 – KM 116	Salseiros	954
Área total: 57.120,14 M²				

V – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Para subsidiar a definição da solução mais adequada à necessidade apresentada, foi realizado levantamento mercadológico voltado à identificação das alternativas disponíveis, à análise das práticas adotadas pelo setor e à avaliação da viabilidade técnica e econômica das opções de contratação.

6.1. Alternativas possíveis identificadas no mercado

Com base nas consultas e análises realizadas, foram identificadas as seguintes alternativas para atendimento da demanda:

a) Execução direta pela Administração

Consiste na realização dos serviços por equipe própria da Secretaria Municipal de Educação. Verificou-se, entretanto, que a estrutura atual é insuficiente em quantidade de profissionais, equipamentos e capacidade operacional para atender, de forma contínua e padronizada, todas as unidades escolares e demais prédios vinculados. A ampliação

da equipe demandaria novos concursos, aquisição de equipamentos e aumento permanente de despesas com pessoal, mostrando-se economicamente desfavorável.

b) Contratação de mão de obra dedicada (horas/homem ou equipe fixa)

Essa alternativa implica a alocação de equipe permanente para execução dos serviços em toda a rede. Contudo, apresenta menor flexibilidade operacional, risco de ociosidade em determinados períodos e dependência de supervisão constante do órgão, revelando-se inadequada frente à natureza variável e distribuída das áreas atendidas.

c) Contratação por empreitada por preço global

A alternativa foi considerada inviável devido à variação das áreas, da periodicidade e das demandas sazonais. Essa oscilação dificulta a estimativa precisa do quantitativo total de serviços, podendo gerar sobrepreço ou execução insatisfatória.

d) Contratação de empresa especializada por preço unitário (m² executado)

Modelo amplamente utilizado no mercado e adotado por diversos municípios. Permite:

- mensurar com precisão o quantitativo executado;
- ajustar o cronograma às necessidades das unidades;
- garantir maior compatibilidade entre custo e execução real;
- ampliar o controle e a transparência na aferição dos serviços.

6.2. Pesquisa de mercado

Foram consultadas diversas fontes para identificar os preços praticados e parâmetros de mercado, incluindo:

- cotações diretas com empresas especializadas da região;
- contratos anteriores firmados pelo Município;
- Objeto similar contrato por outros municípios

6.3. Justificativa técnica e econômica da solução escolhida

Diante das alternativas avaliadas, verificou-se que a contratação de empresa especializada para execução dos serviços, com cobrança por m² executado, apresenta:

- melhor relação entre custo e desempenho;

- maior previsibilidade dos gastos;
- maior capacidade de atendimento regular em múltiplas unidades;
- flexibilidade para adequação às demandas sazonais;
- facilidade de fiscalização e mensuração objetiva dos serviços;
- redução de riscos operacionais e administrativos.

Assim, a solução apresenta-se como a mais adequada para atender à necessidade de manutenção contínua das áreas verdes da Rede Municipal de Ensino, garantindo eficiência, economicidade e segurança operacional.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

O valor global da presente contratação corresponde à estimativa de **R\$ 308.448,76** (trezentos e oito mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e setenta e seis centavos).

VI – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A solução escolhida consiste na contratação, por meio de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por metro quadrado (m²), de empresa especializada na execução de serviços de roçagem, capinação e podagem, incluindo o fornecimento de toda a mão de obra, materiais, equipamentos e ferramentas necessários à execução dos serviços nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Itajaí e demais prédios públicos vinculados à Secretaria Municipal de Educação.

A escolha pela modalidade Pregão Eletrônico fundamenta-se na natureza dos serviços, que são padronizáveis, rotineiros e contínuos, permitindo ampla competitividade e objetividade na comparação das propostas, em conformidade com os princípios da eficiência e economicidade. O critério de menor preço por metro quadrado foi definido por ser o mais adequado à mensuração e fiscalização da execução contratual, garantindo transparência, controle de custos e proporcionalidade entre o pagamento e o serviço efetivamente realizado.

A execução contratual abrangerá atividades como roçagem manual e mecanizada de gramados e vegetações rasteiras, capinação de áreas pavimentadas e não

pavimentadas, podagem de árvores e arbustos, limpeza e conservação de jardins e canteiros, bem como a destinação final adequada dos resíduos vegetais e materiais decorrentes dos serviços.

A solução proposta visa assegurar a manutenção contínua das áreas verdes e externas das unidades públicas, preservando o patrimônio municipal, promovendo ambientes mais seguros, limpos e saudáveis, e garantindo condições adequadas ao desenvolvimento das atividades educacionais.

Além disso, a contratação centralizada em um único processo licitatório proporciona padronização técnica, otimização de recursos humanos e financeiros, e maior controle da execução contratual, evitando a fragmentação de despesas e assegurando melhor planejamento e fiscalização pela Administração.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar não será parcelada, considerando a unicidade e a natureza integrada dos serviços de jardinagem, roçagem, capinação e podagem, que possuem similaridade técnica, operacional e funcional. Tais atividades estão diretamente relacionadas à manutenção e conservação das áreas externas e verdes das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Itajaí e demais prédios públicos vinculados à Secretaria Municipal de Educação, sendo executadas de forma contínua e padronizada.

A opção pela não fragmentação justifica-se pela necessidade de assegurar uniformidade na execução, padronização dos procedimentos, eficiência na gestão contratual e continuidade na prestação dos serviços, fatores essenciais à adequada manutenção dos espaços públicos. O fracionamento da contratação poderia comprometer a coordenação das atividades, gerar sobreposição de responsabilidades entre contratadas distintas e dificultar a fiscalização e o controle técnico das medições. Sob o aspecto econômico, a contratação global promove ganhos de escala, reduz custos administrativos e operacionais, e racionaliza os recursos públicos, evitando a pulverização de processos licitatórios com objetos semelhantes. Ademais, possibilita a obtenção de propostas mais vantajosas, com melhor aproveitamento da estrutura logística e do quadro de pessoal da contratada, resultando em maior economicidade e eficiência na execução contratual.

A centralização em um único contrato também contribui para a segurança jurídica, o

controle unificado de desempenho e a padronização da qualidade dos serviços prestados, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público previstos na Lei nº 14.133/2021.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Não há contratações correlatas ou interdependentes, tendo em vista o objeto contemplar em sua totalidade a especificação/descrição da necessidade da Secretaria de Educação para que a Secretaria possa fazer uso.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A presente contratação tem como objetivo garantir a execução eficiente e contínua dos serviços de roçagem, capinação e podagem em áreas públicas e nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Itajaí/SC, assegurando a manutenção da limpeza, segurança e conservação dos espaços urbanos e escolares.

Do ponto de vista da economicidade, a adoção do Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por metro quadrado (m²), possibilitará a obtenção de propostas mais vantajosas, assegurando ampla competitividade entre as empresas especializadas e transparência no processo licitatório. A padronização das especificações técnicas e a definição de critérios objetivos de medição e pagamento permitem melhor controle dos custos e garantem que os serviços sejam executados de acordo com as reais necessidades da Administração.

A contratação também contribui para o **melhor aproveitamento dos recursos humanos** disponíveis na estrutura municipal, uma vez que a execução dos serviços por empresa especializada permite à Administração direcionar suas equipes internas para atividades de planejamento, fiscalização e controle, otimizando a alocação de pessoal.

Em termos de recursos materiais e financeiros, a concentração da execução em um único contrato reduz custos administrativos decorrentes de múltiplas contratações, assegura uniformidade na execução dos serviços e permite melhor planejamento orçamentário. Além disso, o acompanhamento e a fiscalização centralizados garantem maior eficiência na gestão contratual e na verificação do

cumprimento das obrigações pela contratada, resultando em melhor qualidade na prestação dos serviços e no uso racional dos recursos públicos.

Dessa forma, a contratação proposta busca assegurar eficiência, economicidade e sustentabilidade administrativa, atendendo aos princípios previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e contribuindo para a manutenção adequada dos espaços públicos municipais.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Antes da celebração do contrato, a Administração Municipal deverá adotar uma série de providências administrativas, técnicas e jurídicas voltadas a assegurar a legalidade, a eficiência e a adequada execução da futura contratação dos serviços de roçagem, capinação e podagem. Inicialmente, será necessário validar o Termo de Referência, garantindo que nele constem de forma precisa as especificações técnicas, as condições de execução, os critérios de medição, os prazos e as exigências de qualidade dos serviços, de modo a possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Deverá ser confirmada a existência de dotação orçamentária suficiente para a contratação, com a devida emissão da nota de empenho, observando o planejamento financeiro e as limitações orçamentárias do exercício. Paralelamente, a Administração deverá realizar vistoria técnica prévia nas áreas públicas e nas unidades escolares que receberão os serviços, a fim de atualizar as informações sobre a extensão e as características dos locais, dimensionando de forma mais precisa as quantidades e a periodicidade da execução.

No âmbito jurídico, será imprescindível a análise e aprovação da minuta contratual e do edital pela Assessoria Jurídica competente, garantindo conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com as demais normas aplicáveis. Também deverá ser formalizada a designação do gestor e do fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento técnico e administrativo da execução, pelo controle da qualidade e pela verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

Além disso, antes da assinatura do contrato, será necessário verificar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da empresa vencedora, bem como a comprovação de sua capacidade técnica e operacional compatível com o objeto licitado. A instrução processual deverá estar completa, contendo todos os

documentos de suporte à contratação e os pareceres técnicos e jurídicos pertinentes.

Somente após o cumprimento dessas etapas, e confirmada a vantajosidade da proposta vencedora, a Administração Municipal poderá proceder à celebração do contrato, assegurando que a execução dos serviços ocorra em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, transparência e economicidade que regem a Administração Pública.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A execução dos serviços de roçagem, capinação e podagem, apesar de essencial para a manutenção, limpeza e segurança das áreas externas das unidades escolares, pode ocasionar impactos ambientais pontuais e localizados.

Entre os principais impactos ambientais identificados, destacam-se:

- A geração de resíduos provenientes do corte de grama, galhos e folhas;
- O uso de combustível fóssil em equipamentos motorizados, com consequente emissão de gases poluentes;
- O potencial incômodo sonoro durante a execução dos serviços em horários escolares;
- A possibilidade de danos à vegetação ornamental ou arbórea de interesse paisagístico e ecológico, caso os serviços não observem as boas práticas de manejo.

Com o objetivo de mitigar tais impactos, deverão ser observadas as seguintes medidas mitigadoras e preventivas:

- Gestão adequada dos resíduos vegetais, com recolhimento e destinação final ambientalmente correta, em local licenciado e indicado pela Administração Pública, vedado o descarte em áreas de preservação, corpos hídricos ou terrenos baldios;
- Execução dos serviços com acompanhamento técnico, observando boas práticas de poda e capinação, de modo a evitar o comprometimento da saúde das plantas e a remoção desnecessária da cobertura vegetal;
- Utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) pelos trabalhadores, assegurando condições seguras de operação e evitando contaminação ambiental decorrente do manuseio inadequado de equipamentos e insumos;

- Manutenção periódica dos equipamentos utilizados, a fim de reduzir ruídos e emissões, além de evitar vazamentos de óleo, combustível ou lubrificantes no solo;
- Planejamento das atividades em horários adequados e compatíveis com o funcionamento das unidades escolares, de modo a minimizar o impacto sonoro e interferências nas atividades pedagógicas;
- Proibição do uso de herbicidas ou produtos químicos para capinação, priorizando métodos manuais ou mecânicos, que não causem contaminação do solo ou risco à saúde humana.

Essas medidas asseguram que a execução contratual ocorra de forma ambientalmente responsável, em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e com os princípios da sustentabilidade e precaução previstos no art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo o equilíbrio entre a eficiência administrativa e a proteção ambiental.

14. Responsáveis pela Elaboração do ETP

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
<hr/> <div>João Carlos Bittencourt Matrícula: 2692101 Itajaí/SC, outubro de 2025.</div>	<hr/> <div>Michéle Rigueira da Silva Matrícula: 146703 Itajaí/SC, outubro de 2025.</div>
INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE TÉCNICO
<hr/> <div>Jonathan Nicolas Schoier Matrícula: 2515501 Itajaí/SC, outubro de 2025.</div>	<hr/> <div>Jean Carlos da Silva Matrícula: 2699301 Itajaí/SC, outubro de 2025.</div>

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Datado e assinado digitalmente

Itajaí/SC, 17 de dezembro de 2025.

Profª Michéle Rigueira da Silva
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

João Carlos Bittencourt
DIRETOR DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR